



Organizações alemãs exigem desenvolvimento sustentável

ANTÔNIO INÁCIO ANDRIOLI*

“Quando as corporações recebem licença para poluir e contaminar estão recebendo licença para matar” (*Robert Bullar*)

Organizações alemãs de apoio ao desenvolvimento e à proteção ambiental acabam de assumir uma campanha conjunta. Elas exigem do governo alemão e da sociedade internacional mais esforços no sentido de aplicar as resoluções acordadas por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. Os participantes das respectivas organizações avaliam que houveram poucos avanços desde a ECO 92. Por isso, estão engajados em trazer os questionamentos ambientais para a pauta da atual discussão política, em especial por se tratar de um ano eleitoral e porque em setembro vindouro estará acontecendo a Conferência “Rio + 10” (nova Conferência da ONU, 10 anos após o evento no Rio de Janeiro), em Joanesburgo, na África do Sul.

É claro que muito já foi conquistado desde a criação dos movimentos ecológicos e ambientalistas. A agricultura ecológica foi difundida como

alternativa; as emissões de CFC – clorofluorcarboneto – foram minimamente limitadas; os alimentos transgênicos têm sido publicamente criticados e na Europa são pouco comercializados; programas de combate a condições de extrema pobreza foram construídos; contra a globalização orientada apenas por interesses econômicos foi desenvolvida uma resistência internacional. Mas, embora se possa afirmar que a opinião pública se manifesta mais interessada pelo meio ambiente e que a “Agenda 21” se tornou mundialmente famosa, muito do que há dez anos foi assumido como compromisso pelos governos ainda não foi concretizado.

O desenvolvimento sustentável é tratado como mera utopia e/ou simpático conceito para discursos; a crise social e ecológica tem-se aprofundado em esfera global com o super aquecimento do planeta, a destruição da biodiversidade, a desertificação, o desmatamento, a contaminação e a escassez de água



* ANTÔNIO INÁCIO ANDRIOLI é doutorando em Ciências Sociais na Universidade de Osnabrück – Alemanha.



potável, ínsitos ao crescimento do abismo que separa ricos e pobres no mundo. Muitos recursos biológicos são apropriados comercialmente e muitas espécies vêm sendo extintas ou exterminadas em função da sua utilização pela biotecnologia. Os programas de desenvolvimento situam-se num dos mais baixos patamares da história. Também o governo alemão, que conseguiu se adaptar às exigências ambientais e reduziu a emissão de dióxido de carbono e CFC, não cumpriu sua palavra no apoio aos programas de desenvolvimento. A prometida ajuda estimada em 0,7% do Produto Interno Bruto da Alemanha acabou reduzida para apenas 0,26%.

Entretanto, o livre mercado e a organização financeira são colocados como prioridade acima de tudo, exatamente como tem recomendado a Organização Mundial do Comércio, edificada como poder mundial desde 1994. Os Estados Unidos, o país mais poluidor do mundo, têm-se negado a assinar o Protocolo de Kyoto que, entre outras resoluções, exige a limitação de emissões de dióxido de carbono em 7%. Eles sozinhos foram apresentados em 1990 como responsáveis por 36% da emissão de dióxido de carbono e em

1998 foi constatado que, ao invés de serem reduzidas, as emissões nos EUA aumentaram em 3,7%. Apesar da negativa diante dos acordos internacionais e do aumento da poluição, o governo norte-americano não sofreu nenhuma advertência por parte da “comunidade internacional”. Esse é o maior problema: como obrigar um país tão poderoso a seguir condições gerais se ele não respeita nenhuma recomendação e a Organização das Nações Unidas, sediada nos Estados Unidos, não toma nenhuma posição em relação a isso?

A pergunta é, evidentemente: como inserir sustentabilidade e economia ecológica na atual globalização? Organizações ambientais alemãs se esforçam em divulgar esta situação e esperam que em Joanesburgo se consiga, pelo menos, constituir uma Comissão Mundial para Gullar a temática sustentabilidade e globalização e que a discussão ambiental possa ser tornada cada vez mais pública. O estilo de vida desperdiçador, possibilitado pela economia capitalista, precisa ser modificado para que pessoas não sejam exterminadas e para que nenhuma lei possa servir como permissão para destruir a vida.